



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2020

PROCESSO SEI Nº 0056883-83.2017.6.05.8000,

ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 52/2020

RECORRENTE: AZIZ INFORMÁTICA LTDA

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo, interposto tempestivamente através do Sistema Comprasnet pela empresa **AZIZ INFORMÁTICA LTDA** contra a decisão do Pregoeiro Lúcio Roberto de Oliveira que classificou e declarou vencedora a empresa **PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, para os lotes nº 1 e 2, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância eletrônica, incluindo o fornecimento e instalação dos equipamentos durante o prazo de vigência contratual, sem ônus adicionais para a Contratante e serviço de videomonitoramento 24 horas por dia (circuito fechado de televisão e alarme IP), nas dependências dos Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado da Bahia.

Alega a recorrente que empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, DECLARADA VENCEDORA do certame, NÃO ATENDEU À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, exigida na condição 11.1.7. do edital, visto que os atestados de capacidade técnicas apresentados pela licitante declarada vencedora do certame não comprovam que referida empresa JÁ EXECUTOU COM ÊXITO OS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA COM VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS em pelo menos 2 (dois) municípios distinto; Alega também a recorrente que a proposta da licitante PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, DECLARADA VENCEDORA do certame, não atendeu às exigências previstas no edital no tocante à discriminação regular do objeto licitado, implicando descumprimento aos requisitos insculpidos nas condições 4.1 e 4.2.1 do edital e do seu anexo I; por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

derradeiro, alega ainda a recorrente a violação aos princípios fundamentais da licitação, tais como o da legalidade, da impessoalidade e da competitividade, e mormente o consagrado princípio Constitucional da ISONOMIA.

II – ANÁLISE DO RECURSO

DO RECURSO:

Em sede de recurso, suscitou a irresignante, com referência ao mérito da questão, que aqui seguem alguns excertos transcritos *ad litteram*:

"*RECURSO*:"

"AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
– TRE-BA"

A empresa não atendeu a íntegra da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA prevista no item 11.7 "alínea a", senão vejamos;
11.1.7. Qualificação técnica:

a) Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove(m) QUE JÁ EXECUTOU COM ÊXITO OS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA COM VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS em pelo menos 2 (dois) municípios distintos simultaneamente.

Destarte que o suposto vencedor não apresentou nenhum atestado que contenha o serviço de "VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS" um flagrante do descumprimento as exigências editalícias.

A empresa Premier, apresentou os seguintes Atestados:

1º Atestado - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, datado de 13 de junho de 2019, NÃO POSSUI O SERVIÇO DE VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS, mas apenas "Prestação de serviços de locação de sistemas de circuito fechado de televisão".

2º Atestado – Tribunal de Justiça do Pará, datado de 10 de junho de 2019, TÃO POUCO POSSUI O SISTEMA DE CFTV, ou seja, NÃO POSSUI O SERVIÇOS DE VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS.

3º Atestado – Serviço da Indústria – SESI, datado de 26 de Outubro de 2019, que a suposta vencedora tenta de forma ardilosa apresentar o serviço de "Monitoramento 24 (vinte e quatro horas) do sistema de alarme e CFTV", vez que, este serviço nem chega a ser próximo a O SERVIÇO DE VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS.

Fato é que o serviço ora mencionado neste atestado específico está vinculado ao sistema de alarme que apenas entra em tratativa em caso de disparo.

Vale lembrar que o serviço de VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS é muito mais complexo, que apenas verificar as imagens, O SERVIÇO É COMPOSTO POR PROFISSIONAIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DEVIDAMENTE TREINADOS E CAPACITADOS, MONITORANDO TODAS AS CÂMERAS EM TEMPO REAL 24 HORAS POR DIA e não o serviço simples apresentado no atestado (Serviço da Indústria – SESI) que as imagens são acessados em casos de disparo do sistema de alarme ou pior em fatos furtos. Ora uma simples verificação e constatação ou não de intrusão. Vamos exemplificar ambos os serviços;

VIDEOMONITORAMENTO é a atividade desenvolvida por um conjunto de equipamento que captam imagens e as transmitem, em tempo real, para uma central de monitoramento, para serem gerenciadas.

MONITORAMENTO CFTV: Circuito fechado ou circuito interno de televisão (também conhecido pela sigla CFTV; do inglês: closed-circuit television, CCTV) é um sistema de televisão que distribui sinais provenientes de câmeras localizadas em locais específicos, para um ou mais pontos de visualização.

Como a Administração poderá acatar tal atestado, pois o ele não atende o edital em comento? Ou a Administração ira permitir tal afronta a legalidade?

Não podemos ficar calados diante de tamanha barbárie, o Edital deve ser seguido em sua íntegra, se não qual seria o sentido de determinar sem a exigência de atendimento?

Como é rotineiro a Recorrida poderá até tentar argumentar que o pregoeiro não solicitou tal comprovação e até tentar fazer crer que isso é um mero detalhe ou uma forma escrita diferente do mesmo serviço, o que já está mais claro que água de rocha que são serviços distintos.

Outra óbice é o grave erro encontrado da Proposta comercial da empresa Premier, o não atendimento aos itens 4.2.1 e 10.1, vejamos;

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(...)

4.2.1. A PROPOSTA DEVERÁ CONTER A DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO, COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, CONSTANTES, RESPECTIVAMENTE, DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL E DO ANEXO II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação). (grifei e negritei)

O que não aconteceu, ou seja, não apresentou as especificações técnicas mínimas exigidas, como será realizada a fiscalização deste equipamento vez que a suposta vencedora não apresentou se que a determinação editalícia do item 4.2.1 e ainda o item 4.10.1 outro DESATENDIMENTO DO EDITAL.

4.10.1 Previamente à instalação, os equipamentos deverão ser apresentados pela Contratada à fiscalização do ajuste para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

Apenas para não dizer que o edital não apresentou especificação segue o item 5.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

5. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DAS CÂMERAS

5.1. TIPO FIXA IP DOME INTERNA E FIXA IP BULLET EXTERNA

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DAS CÂMERAS

TIPO FIXA IP DOME INTERNA E FIXA IP BULLET EXTERNA

Full HD

Infravermelho

Day&Night

Gravador de som

Redução de ruído 3D

Iluminação mínima

Backlight

Grau de proteção IP67

Possibilidade de acesso ao monitoramento via internet pela Contratada

Alcance de Nitidez de Imagem podendo visualizar com clareza o rosto humano a 30m

Ângulo de visão de 90% a 180%

Como pode ser observado acima a documentação tanto os "ATESTADOS" QUE ATENDEM O OBJETO LICITADO quanto a "PROPOSTA" já devera ser anexada ao sistema antes do início do certame conforme preconiza o Decreto nº 10.024/2019 o que não foi feito, vejamos o que o Decreto determina;

Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, CONCOMITANTEMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, ATÉ A DATA E O HORÁRIO ESTABELECIDOS PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA. (grifei e negritei)

Ora, a proposta já deveria ter sido recusada por deixar de APRESENTAR ATESTADO QUE NÃO ATENDEM AO ITEM 11.1.7 E POR SUA PROPOSTA POR NÃO ESTÁ DE ACORDO OS ITENS 4.2.1 E 4.10.1, NÃO ATENDENDO AO EDITAL DE LICITAÇÃO, fato é que após observar a documentação dos concorrentes verificou que NÃO ATENDEU A INTEGRA DO EDITAL e enviou juntada a documentação de habilitação vários atestados com a TENTATIVA PASSAR DESPERCEBIDO O NÃO ATENDIMENTO EDITALÍCIO.

Deixar de atender as exigências editalícias PASSÍVEL DE INABILITAÇÃO.

Observemos que o item 10.10 e 11.1 determina que a empresa para ser sangrada vencedora deva atender a TODAS AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL sem alternativas. Ressaltamos que o edital é nítido ao determinar que para aceitabilidade da proposta vencedora deva atender a íntegra do previsto na licitação.

Em complemento às razões de sua irresignação, asseverou o recorrente:

A proposta foi apresentada contendo vício insanável, conforme já apresentado.

Nosso questionamento é simples como pode a Administração Pública aceitar uma empresa que não atende as exigências editalícias? Visto a própria vinculação ao edital, seria uma afronta ao princípio de Legalidade.

Não somente, não podemos nos esquecer de que:

As regras sobre os defeitos inaceitáveis das propostas, que implicam a sua desclassificação, estão previstas no art. 24 da Lei 12.462. O dispositivo legal tem a seguinte redação:

"Art. 24. Serão desclassificadas as propostas que:

- contenham vícios insanáveis;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- não obedeçam às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;
- apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no art. 6º desta Lei;
- não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração pública;
- ou - apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanáveis.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A administração pública poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários considerados relevantes, conforme dispuser o regulamento."

Seguindo a sistemática prevista no art. 48 da Lei 8.666, o art. 24 da Lei 12.462 prevê a desclassificação das propostas tanto por vício de desconformidade quanto por defeito de preço. Porém, o dispositivo em questão apresenta algumas diferenças significativas em relação à disciplina do tema dada pela Lei 8.666.

O dispositivo da Lei 12.462 não contém a cláusula genérica que consta do art. 48 da Lei 8.666, que prevê a desclassificação das "propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação". O art. 24 da Lei 12.462 contém disposições de conteúdo mais restrito. Trata-se dos incs. I e V, que preveem a desclassificação das propostas que contenham vícios insanáveis, e do inc. II, que determina a desclassificação das propostas que não tenham observado as "especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório".

Avulta, pois, a lesão aos princípios fundamentais que orientam os procedimentos licitatórios, especialmente o Princípio da Isonomia, diante do aniquilamento da igualdade de oportunidades entre os concorrentes, o que, em última instância, impede que a Administração obtenha a proposta que lhe é mais vantajosa, dentro de um contexto de economicidade, eficiência e LEGALIDADE.

Não só isso. Violentados o nuclear princípio da legalidade e os princípios da impessoalidade e da competitividade do certame, posto que, com o devido respeito, deferiu-se privilégio injustificado à empresa declarada vencedora, ao se lhe declarar vencedora mesmo não tendo cumprido previsão expressa no Edital para envio de indispensáveis das comprovações editalícias.

Por derradeiro, arremata a recorrente: NESTE SENTIDO NÃO CABE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ALEGAR, EXCESSO DE FORMALISMO, pois para tal apenas poderia ser levado em consideração se o NÃO ESTIVESSE PREVISTO NA LICITAÇÃO PARA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E DA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA, o que já este mais do que provado sua necessidade.

III – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, a licitante vencedora justifica sua capacidade de licitar e contratar com a União, ao tempo que rechaça as razões da recorrente conforme abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Recorrida, ora Peticionária, participou regularmente do certame, apresentando os documentos de habilitação e proposta comercial, submetidos à análise do ilustre Pregoeiro responsável, o qual atestou o integral cumprimento a todas as exigências fixadas no edital, declarando a PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., ao final da fase competitiva de lances, como a vencedora do certame, nos termos do art. 4º, inciso XV, da Lei 10.520/2002.

Todavia, a licitante AZIZ INFORMÁTICA LTDA. manifestou interesse em recorrer do resultado final, arguindo, em síntese, que a) a licitante vencedora não teria comprovado a sua qualificação técnica para a execução do contrato, em vista da suposta não apresentação de Atestados de Capacidade Técnica pertinentes ao objeto; b) a proposta vencedora conteria vício insanável em sua formulação, ante a suposta ausência de discriminação do objeto.

Consoante adiante se verá, as alegações da Recorrente não passam de mero inconformismo vazio e destituído de amparo fático ou probatório, intentando a citada proponente, em verdade, unicamente tumultuar o certame, em razão do resultado verificado. Assim, a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA vem deduzir suas contrarrazões, nos termos da Lei, requerendo, desde já, seja negado provimento ao recurso intentado, porquanto manifestamente improcedente.

III – DA ALEGAÇÃO DE NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO EDITAL – IMPROCEDÊNCIA – DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA EMPRESA VENCEDORA – COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR NA EXECUÇÃO DE OBJETO EQUIVALENTE AO PRETENDIDO POR ESTA ADMINISTRAÇÃO

Em suas confusas e desconexas razões recursais, sustenta a Recorrente que a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., ora Recorrida, não teria apresentado Atestados de Capacidade Técnica que comprovassem a sua aptidão para o desempenho do objeto contratado, no que respeita à experiência pretérita na execução de serviços semelhantes, em características, quantidades e prazos compatíveis com este Pregão.

Para tanto, insinua que os Atestados apresentados por esta Recorrida não conteriam os serviços de “videomonitoramento 24 horas”, já que, em sua distorcida ótica, haveria diferença entre tais serviços e o “monitoramento por circuito fechado de televisão (CFTV)”. Argumenta que os Atestados da Recorrida, colacionados à sua documentação de habilitação, comprovariam somente essa segunda “modalidade de serviços”, e não o que seria efetivamente exigido neste edital nº 52/2020.

Ora, completamente absurdas e despropositadas as alegações da Recorrente!!

Inexiste qualquer diferenciação entre “serviços de monitoramento por CFTV” e “videomonitoramento 24 horas”, tratando-se ambas expressões designativas do mesmíssimo tipo de serviços, isto é, o sistema de vigilância eletrônica 24 horas por meio de câmeras interligadas a uma central de monitoramento, com captação de imagens ininterruptamente, em tempo real, exatamente a prestação que a empresa Premier Segurança Eletrônica Ltda., ora Recorrida, oferece, detém notória especialização e consolidada experiência ao longo dos anos, consoante fazem prova inequívoca os Atestados de Capacidade Técnica por ela colacionados junto à documentação de habilitação. Grifos do pregoeiro.

O próprio edital do certame sepulta qualquer dúvida a esse respeito, na descrição do objeto licitado (item 1.1):

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância eletrônica, incluindo o fornecimento e instalação dos equipamentos durante o prazo de vigência contratual, sem ônus adicionais para a Contratante e serviço de videomonitoramento 24 horas por dia (circuito fechado de televisão e alarme IP), nas dependências dos Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência. (grifamos e destacamos)

Como se pode notar, o “videomonitoramento 24 horas” é exatamente o serviço de monitoramento diuturno por circuito fechado de televisão (CFTV) e sistema de alarme IP, conectado a uma central de monitoramento. Mais adiante, o Termo de Referência (Anexo I) do edital, especificou os serviços no item “2. Justificativa”, e também no item 4.4, confirmando se o que se expõe, vejamos:



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2. JUSTIFICATIVA

As instalações da Justiça Eleitoral, em decorrência de sua extensão e do grande fluxo de pessoas, necessitam de vigilância eletrônica, compreendendo os serviços de monitoramento digital, utilizando-se de sensores e câmeras de vídeo com software de gestão integrados, com o intuito de detectar invasores e monitorar visualmente as áreas internas, externas, acessos principais e circulação em geral nas instalações das Unidades deste Tribunal Regional Eleitoral, primando por prover segurança aos magistrados, servidores... (...)

4.4. O sistema de alarmes deverá detectar, via sensores de presença humana, movimentações nos espaços a serem monitorados, emitindo sinais no local (sirene) e remotamente na base de operações e controle da Contratada (via telefone ou outro meio adequado). Os equipamentos deverão ser diretamente ligados a uma central de monitoramento 24 horas na empresa, por meio de linha telefônica dedicada ou outro meio de transporte online de informações (sob a responsabilidade da Contratada), permitindo o registro de ocorrências em tempo real.

Por óbvio, o monitoramento por CFTV é sinônimo do videomonitoramento 24 horas. O controle fechado por televisão é o sistema de captação ininterrupta de imagens por câmeras instaladas, que transmitem as imagens em tempo real a uma Central de Monitoramento, para serem gerenciadas por técnicos, capazes de identificar eventos intrusivos, controle de acessos, dentre outros, exatamente os serviços ofertados por esta empresa Recorrida, e sobre os quais detém a Peticionária incontestável experiência pretérita e expertise, não havendo dúvidas quanto ao cumprimento da exigência de qualificação técnica firmada no edital.

Consoante define o item 11.1.7 do instrumento convocatório, para a comprovação da capacitação técnica da proponente, se faz necessária a apresentação de um ou mais atestados de capacidade expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que confirmem a experiência da empresa e a execução, com êxito, de serviços de monitoramento por vídeo, 24 horas, em pelo menos 2 municípios simultaneamente:

11.1.7. Qualificação técnica: a) Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove(m) que já executou com êxito serviços de vigilância eletrônica com videomonitoramento 24 horas em pelo menos 2 (dois) municípios distintos simultaneamente.

Ora, a Recorrida comprovou o cumprimento deste requisito de forma cabal e inconteste, conforme cuidou de verificar, corretamente, o ilustre Pregoeiro. Os Atestados de Capacidade Técnica apresentados por esta empresa assim descrevem os respectivos objetos anteriormente executados com êxito pela Recorrida:

1 ATESTADO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

"...declara e atesta para os devidos fins, que a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. (...) mantém contrato (Contrato 020/2014) com este Tribunal de Justiça – TJPA, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância eletrônica 24 horas por dia, 7 dias por semana, com monitoramento remoto por alarme sensoriado, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, operação e manutenção para os prédios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Os serviços objeto do contrato são prestados no âmbito das Unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, instaladas em Belém e nas Regiões: Metropolitana, Oeste, Sudoeste, Nordeste, Sul e Marajó, perfazendo um total de 146 Comarcas.

Os serviços de vigilância eletrônica prestados nos espaços supramencionados são compostos da seguinte forma:

- Fornecimento e instalação de equipamentos de alarme;
- Execução de toda infraestrutura necessária para funcionamento dos sistemas;
- Monitoramento 24 (vinte e quatro horas) do sistema de alarme;
- Prestação de serviços de manutenção corretiva dos equipamentos;
- Inspeção técnica por monitor externo das áreas que integram o escopo da contratação.

2 ATESTADO – SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Prestação de serviços de locação de sistemas de alarme, com instalação e manutenção dos equipamentos e, ainda, monitoramento remoto dos sistemas e inspeção técnica por monitor externo das áreas que integram o escopo da contratação; (...)

Prestação de serviços de locação de sistemas de circuito fechado de televisão, com instalação e manutenção dos equipamentos e softwares necessários e suficientes para o funcionamento dos sistemas, além de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

monitoramento remoto de imagens.

Tais serviços são prestados no âmbito das dependências do Posto Fiscal de São José dos Campos (Rua Geraldo Vieira, nº 88, Jardim Aquarius, São José dos Campos – SP), além do prédio sede da Divisão Regional de Administração de Taubaté, situado na Travessa Rochi Antônio Bonafé, nº 50, Jardim Sandra Maria, Taubaté SP.

(...)

- 1 central de alarme de até 24 zonas;
- 1 central de alarme de até 48 zonas; (...)
- 1 software de gerenciamento de visitantes; (...)
- 2 software de gerenciamento de imagens;
- 1 estação de visualização de CFTV;
- 64 câmeras fixas IR Color IP Bullet Interna/Externa lente varifocal; (...)

3 ATESTADO- – SESI/SP

“...cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação de equipamento de sistema de CFTV e de Alarme patrimonial disponibilizados em regime de comodato, com monitoramento remoto das imagens e do alarme e, ainda, monitoramento eletrônico para as Unidades do SESISP, constantes do Lote 3, relacionados abaixo:

- CAT Ministro Roberto Della Manna – Rua Eduardo Figueiredo, 300 – Jardim Novo II – Mogi Guaçu/SP – CEP: 13.848090
- CAT Laerte Michielin – Av. Melvin Jones, 2.600 – Heitor Vilas Lobos – Araras/SP – CEP: 13.607451
- CAT José Felício Castellano – Av. M29 – Jd. Floridiana – Rio Claro/SP – CEP: 13.505190
- CAT Ernesto Pereira Lopes Filho – Rua Cel. José Augusto de Oliveira Salles, 1.325 – Vila Izabel – São Carlos/SP – CEP: 13.570900

Os serviços dos sistemas eletrônicos de segurança – Alarme e CFTV – prestados nos espaços supramencionados são compostos da seguinte forma:

- Fornecimento e instalação de equipamentos de alarme;
- Execução de toda infraestrutura necessária para funcionamento dos sistemas;
- Monitoramento 24 (vinte e quatro horas) do sistema de Alarme e CFTV;
- Prestação de serviços de manutenção corretiva dos equipamentos

Ora, conforme se pode notar, todos os Atestados apresentados pela Recorrida confirmam a experiência pretérita desta empresa na execução de serviços de monitoramento 24 horas dos sistemas de alarme e CFTV, sendo estes exatamente os serviços de videomonitoramento 24 horas previstos neste Pregão Eletrônico 00052/2020, não havendo dúvidas de que a empresa declarada vencedora possui experiência e qualificação técnica no desempenho de tais atividades.

Os citados Atestados confirmam, ainda, que os serviços de videomonitoramento 24 horas prestados por esta Recorrida foram executados com êxito e, ainda, em mais de 2 (dois) municípios distintos simultaneamente, cumprindo integralmente os requisitos firmados no aludido item 11.1.7. Atestado TJPA: de 10/03/2014 a 10/03/2019; Atestado SEFAZ-SP (Taubaté): de 01/10/2014 a 30/09/2019; Atestado SESISP: de 12/11/2015 a 11/11/2019.

O que resta são somente manobras rasteiras e desesperadas da Recorrente AZIZ INFORMÁTICA LTDA., ao deduzir alegações absurdas com o único propósito de tumultuar o certame, tendo em vista o resultado que lhe foi desfavorável.

Com efeito, as afirmações contidas na peça recursal da citada proponente Recorrente são falsas e buscam infirmar a óbvia realidade dos fatos: as expressões “videomonitoramento 24 horas” e “monitoramento 24 horas do sistema de CFTV” são sinônimas e designam os mesmíssimos serviços que se albergam no escopo vigilância eletrônica pretendida, a partir da detecção e controle imediatos, em tempo real, das imagens, gestão e monitoramento a partir de uma Central mantida pela Contratada.

Enfim, conforme fazem prova os Atestados apresentados, não remanescem quaisquer questionamentos quanto à experiência pretérita desta Recorrida na prestação de serviços em características, quantidades e prazos semelhantes aos que constituem o objeto desta licitação, conduzida por este egrégio TREBA, bastando averiguar se a descrição de cada qual, suficientes a clarificar a completa impropriedade e improcedência do recurso interposto pela empresa AZIZ INFORMÁTICA LTDA:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO 00052/2020 – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TREBA

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância eletrônica, incluindo o fornecimento e instalação dos equipamentos durante o prazo de vigência contratual, sem ônus adicionais para a Contratante e serviço de videomonitoramento 24 horas por dia (circuito fechado de televisão IP e alarme), nas dependências dos Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

PREGÃO ELETRÔNICO 002/TJPA/2014 E CONTRATO 040/2014 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ -

Objeto é a prestação de serviços de vigilância eletrônica 24 horas por dia, 7 dias por semana, com monitoramento remoto por alarme sensoriado, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, operação e manutenção para os prédios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Os serviços objeto do contrato são prestados no âmbito das Unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, instaladas em Belém e nas Regiões: Metropolitana, Oeste, Sudoeste, Nordeste, Sul e Marajó, perfazendo um total de 146 Comarcas.

Enfim, não há qualquer sombra de dúvida quanto à comprovação da qualificação técnica desta empresa, a partir dos Atestados de Capacidade Técnica emitidos, a confirmar a execução pretérita de serviços compatíveis com o objeto deste Pregão 52/2020, abarcando todo o escopo pretendido nesta contratação (sobretudo o videomonitoramento 24 horas).

Os citados documentos confirmam que a empresa declarada vencedora não só prestou serviços semelhantes àqueles que constituem objeto de contratação, mas fez muito mais do que isso, pois detém inegável experiência e conhecimento técnico na prestação de SERVIÇOS IDÊNTICOS àqueles alvitados neste certame.

Ademais, cabe ainda ressaltar que o objeto executado por esta empresa junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), por intermédio do Contrato 040/2014, é inclusive, mais complexo que o tratado neste Pregão Eletrônico nº 00052/2020, tendo em vista que contemplava o atendimento a 146 (cento e quarenta e seis) Comarcas no Estado do Pará, consoante descritivos apresentados, o que somente corrobora a inquestionável aptidão técnica desta empresa.

Ou seja, é absurda a alegação de que os Atestados fornecidos e apresentados não seriam válidos a confirmar a qualificação técnica da empresa vencedora: ao revés, referidos documentos ratificam exatamente o contrário, isto é, que se trata de proponente indubitavelmente qualificada à execução eficiente e adequada do objeto pretendido.

O fato de contemplar inúmeras Comarcas no Estado do Pará (146 unidades), em quantitativo inclusive superior ao versado neste Pregão 00052/2020, e que o contrato firmado perante o TJPA foi integralmente executado de forma esmerada e obsequiosa ao interesse público, somente escancara a inegável capacitação técnica desta empresa, certamente qualificada para a execução do futuro contrato pretendido por este egregio Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TREBA).

Diante de todo esse contexto, não há que se falar, igualmente, que a mesma teria sido favorecida neste certame: a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA foi declarada vencedora não só porque efetivamente apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração, mas sobretudo porque logrou demonstrar a sua aptidão técnica e experiência consolidada na prestação anterior de serviços semelhantes àqueles ora licitados.

Em continuação à apresentação de suas fartas argumentações, assevera a recorrida na fundamentação de suas contrarrazões, em relação às alegações da recorrente quanto ao não atendimento da proposta da empresa recorrida às condições do edital, mormente as de nº 4.2.1 e 10.1.

IV – DA ALEGAÇÃO DE NÃO ATENDIMENTO DA PROPOSTA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL – IMPROCEDÊNCIA – DA PROPOSTA COMERCIAL APRESENTADA PELA RECORRIDA – DA DISCRIMINAÇÃO REGULAR DO OBJETO DO CUMPRIMENTO INTEGRAL AOS REQUISITOS DOS ITENS 4.1, 4.2.1 E ANEXO I DO EDITAL

Ao final de seu caótico recurso, a Recorrente tece longas considerações a respeito da suposta existência de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

“defeitos graves” que teriam sido desconsiderados por esta Autoridade Licitante, e que teria ocorrido lesão aos “princípios da isonomia e da impessoalidade”. Mais uma vez, destila a empresa AZIZ INFORMÁTICA LTDA. acusações completamente despropositadas, que derruem por completo a partir de uma simples análise documental do processo.

Consoante exposto, a proposta ofertada por esta Recorrida está inteiramente adequada aos requisitos do edital, em compasso com as especificidades do objeto, abarcando a complexidade e o escopo pretendido, de acordo com as exigências mínimas estabelecidas para a correta e eficiente execução dos serviços.

Por todas essas razões, enfim, e rechaçadas, uma a uma, as insubsistentes alegações da Recorrente, pugna a Peticionária seja negado provimento ao recurso intentado, mantendo-se incólume o legítimo resultado verificado em 25/09/2020.

DOS FUNDAMENTOS E DO DIREITO

IV - DOS FATOS

No dia 25 de setembro de 2020, após a análise por parte da unidade demandante no que concerne à aceitação dos Atestados de Capacidade Técnicas apresentados pela empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, consoante e-mail anexado no doc SEI nº 1253327, no qual consta a manifestação favorável da unidade demandante ao atendimento da Qualificação Técnica, inclusive com confirmação da assinatura digital da representante da SEFAZ -Taubaté(SP), que assinou um dos atestados de capacidade técnica ofertados pela licitante declarada vencedora do certame, dando pleno atendimento à exigência prescrita na condição 11.1.7. a) e b) do instrumento convocatório, foi habilitada por este pregoeiro a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, para os lotes nº 1 e 2, **para o Pregão Eletrônico cujo objeto é a Contratação de** contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância eletrônica, incluindo o fornecimento e instalação dos equipamentos durante o prazo de vigência contratual, sem ônus adicionais para a Contratante e serviço de videomonitoramento 24 horas por dia (circuito fechado de televisão e alarme IP), nas dependências dos Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado da Bahia.

Declarada por este pregoeiro a empresa vencedora, apresentou em momento oportuno intenção recursal a empresa AZIZ INFORMÁTICA LTDA e, posteriormente, suas razões recursais, para em seguida, também tempestivamente, apresentar as Contrarrazões a empresa **PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

V- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Examinando as contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida, bem como com fulcro em farta doutrina e manifestações Jurisprudenciais sobre o tema, inclusive do TCU, e, por fim, com espeque no Parecer com Manifestação Favorável da Unidade Demandante, constante no doc SEI nº1254757, depreende-se que as alegações apresentadas pela licitante AZIZ INFORMÁTICA LTDA NÃO merecem prosperar até porque este Pregoeiro em momento algum se afastou da força vinculativa ao instrumento convocatório. Tomando a correta decisão de habilitar a licitante **PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, tudo em perfeita harmonia com o edital.

Já em relação ao mérito recursal, suscita a recorrente: que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa declarada vencedora não devem ser considerados para fins de habilitação, alegando que referidos documentos não atendem às exigências do edital, visto que não têm o condão de comprovar que a empresa declarada vencedora executou com êxito os serviços de Vigilância Eletrônica com Videomonitoramento 24 horas por dia, em pelo pelo menos dois municípios distintos e simultaneamente; alegou ainda a inidoneidade da proposta apresentada pela recorrida para fins de habilitação; por fim alegou ainda a manifesta violação dos princípios da isonomia, da legalidade, da competitividade e da impessoalidade ao ser declarada vencedora a empresa recorrida.

Nesses pontos, entendo não subsistir razão ao irresignante, em face dos fundamentos que passo a delinear:

No tocante à alegação de que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa declarada vencedora do certame não comprovam que a empresa **PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA** executou com êxito os serviços de Vigilância Eletrônica com Videomonitoramento 24 horas por dia, em pelo pelo menos dois municípios distintos e simultaneamente, não resta dúvida de que a alegação da recorrente não merece guarida. Nesse ponto, acreditamos que a recorrente deve estar adredemente, querendo levar-nos à dúvida, alegando que os serviços de videomonitoramento 24 horas por dia não é similar aos serviços de videomonitoramento por meio do sistema CFTV (Circuito Fechado de Televisão e alarme IP), conforme consta expressamente, no edital, a descrição do objeto deste Pregão Eletrônico, aqui transcrito in verbis: “contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância eletrônica, incluindo o fornecimento e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

instalação dos equipamentos durante o prazo de vigência contratual, sem ônus adicionais para a Contratante e serviço de videomonitoramento 24 horas por dia **(circuito fechado de televisão e alarme IP)**. Grifamos.

Oportuno, neste momento, trazer à baila a manifestação da ASEGU - unidade demandante- e responsável pela elaboração do Termo de Referência, aqui transcrita *ad litteram*, constante no doc SEI nº 1254757, rebatendo à alegação da empresa recorrente, em resposta à consulta formulada por este pregoeiro, por se tratar de questão específica da área técnica:

“Caro pregoeiro,

“A unidade demandante informa, dado o recurso efetuado por outra licitante, que os atestados técnicos acostados no processo de licitação pela licitante classificada em primeiro lugar e, em análise, atendem de forma satisfatória aos requisitos mínimos pré estabelecidos no Termo de Referência projetado para uma prestação de serviços eficiente, levando em consideração, também, a atuação da fiscalização de contrato que garantirá esses requisitos mínimos exigidos durante sua vigência contratual.

Portanto, consideramos que os atestados de capacidade técnica nós garantirá uma eficiente prestação de serviços, atendendo ao princípio da legalidade e ampla concorrência, ao não se exigir algo além do suficiente para uma regular prestação de serviços.”

Cordialmente,

Cleber Novais Logrado

Assistente de Segurança -ASEGU

Corroborando com a manifestação da unidade demandante, esclarecemos que o sistema CFTV, objeto da contratação deste pregão, não é só monitoramento: As imagens registradas pelas câmeras permanecem gravadas para possíveis investigações e análises mais profundas que necessitem ser feitas ou mesmo servindo como provas durante ações ligadas às leis.

Oportuno citar aqui um entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça, RMS 15.530/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 14/10/2003, DJ 01/12/2003, p. 294).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ora, a interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.

Corroborando com nosso pensamento, vide posicionamento do autor e Professor convidado de diversas Instituições de Ensino em cursos de Pós-Graduação Luciano Elias Reis, Mestre em direito econômico pela PUCPR e Ministrante de cursos e palestras na área de licitações públicas e contratos administrativos:

A qualificação técnica tem a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre vencedor do certame.

Neste sentido, Joel de Menezes Niebuhr descreve que a “Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.

Dentre os documentos arrolados taxativamente pela Lei de Licitações para cobrar dos licitantes para fins de qualificação técnica, existem os atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, II e § 1º, I, da Lei n. 8.666.

Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Convém destacar que a interpretação do artigo 30 no que concerne aos atestados, deve ser cautelosa e primar pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação.

A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado

Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos deverão atuar ao examinar os atestados com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado.

Não se devem excluir quaisquer licitantes por equívocos ou erros formais atinentes à apresentação do atestado, até porque, lembrando escólios de Benoit, o processo licitatório não é uma verdadeira gincana ou comédia.³ Ao se prescrever que a licitação é um processo administrativo formal nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.666/1993 não significa formalismo excessivo e nem informalismo, e sim um formalismo moderado.

Ainda laborando nessa esteira de pensamento, que rechaça o formalismo exacerbado dos agentes públicos na condução e exame dos procedimentos licitatórios em geral,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

oportuno trazer para dentro do debate o sempre sóbrio pensamento do saudoso Mestre Hely Lopes Meirelles:

“a orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar.”

Nesse sentido: Acórdão TCU nº 2.459/2013-Plenário.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Ainda no campo doutrinário:

Carlos Pinto Coelho Motta, in Eficácia nas Licitações e Contratos, 1994, p. 149, para reforçar a sua interpretação do art. 30, cita na íntegra as seguintes conclusões do Prof. Antônio Carlos Cintra do Amaral, no seu parecer intitulado "Qualificação Técnica da empresa na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos", separata da Revista Trimestral de Direito Público, nº 5, Malheiros Editores:

"1. Para efeito de qualificação técnica de empresas licitantes, a Administração deve, com base na Lei 8.666/93, exigir atestados referentes à sua capacitação técnica, com vistas à "comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação" (art. 30, II).

A farta Doutrina Pátria e a Jurisprudência dominante são unânimes e seguem abraçadas quanto ao entendimento do poder-dever da Administração Pública no tocante à necessidade

O Egrégio TCU proferiu a Decisão nº 285/2000-TCU-Plenário, referente ao TC011.037/99-7, DOU Seção de 04.05.2000, págs. 105/107, em que o Relator Min. ADHEMAR PALADINI GHISI, revendo o seu posicionamento, assim se expressou em

5."A verificação da qualificação técnica, conforme consta do art. 30 da Lei nº 8.666/93, bem como da econômica, tem por objetivo assegurar que o licitante estará apto a dar cumprimento às obrigações assumidas com a Administração, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, não podendo a sua comprovação ser feita mediante a formulação de exigências desarrazoadas, que comprometam a observância do princípio constitucional da isonomia.

6.Com efeito, na linha defendida pela Decisão nº 767/98 – TCU – Plenário, há que ser entendido que o inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93 pode ser dividido em duas partes. Uma relativa ao licitante e outra ao pessoal técnico que integra o seu corpo de empregados. A primeira, que cuida da comprovação de aptidão do interessado para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação refere-se, pois, no presente caso, à pessoa jurídica. A outra, qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, dirige-se especificamente aos seus profissionais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Por derradeiro, em comentário sobre o tema atestado de qualificação técnica, cito aqui um sempre elucidador e esclarecedor posicionamento do consagrado Mestre Marçal Justen Filho:

a comprovação estará sempre relacionada à experiência anterior, nos limites consagrados no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. **Caberá, assim, ao aplicador da lei fazê-lo, observando que as exigências não poderão ser de tal ordem que superem ou sejam desnecessárias ao objeto pretendido, sob pena de, aí sim, comprometer o princípio da isonomia.** Grifamos.

Ainda rebatendo as alegações da recorrente, aqui transcrita verbis in verbis: “Outro óbice é o grave erro **encontrado da Proposta comercial da empresa Premier, o não atendimento aos itens 4.2.1 e 10.1, vejamos: SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (...)** 4.2.1. A PROPOSTA DEVERÁ CONTER A DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO, COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL. - SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Ora, também não merece nenhuma guarida as infundadas alegações da empresa recorrente. Se não, vejamos: ao proceder à fase de aceitação das propostas, durante a fase de julgamento, este pregoeiro, nos termos da condição 4.5.1 do edital, in verbis: “Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances” passou a cotejar as propostas ofertadas pelas empresas vencedoras e não visualizou qualquer inconformidade nas propostas ofertadas pela empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA tanto a eletrônica, bem como a proposta anexada junto com a documentação de habilitação para os Lotes nº 1 e 2. Situação essa que pode ser facilmente atestada ao acessar o Pregão Eletrônico nº 52/2020, no campo **Visualização de Propostas/Declarações -Sistema Comprasnet.**

Ou seja, as propostas, mormente as duas eletrônicas ofertadas pela empresa recorrida atenderam a todas as especificações previstas no edital, não resistindo as alegações da recorrente de existência de “grave erro, defeito insanável”. Além do mais, o próprio licitante vencedor do pregão declarou no chat que suas propostas atendiam às especificações previstas no edital, situação essa já previamente comprovada por este pregoeiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

A bem da verdade, em pregões cujo objeto é a contratação de serviços, os licitantes quase sempre replicam, em suas propostas eletrônicas, as especificações constantes na descrição desses serviços constantes no próprio site do Comprasnet, geralmente seguindo a descrição do CATSER.

Ainda laborando nessa esteira de pensamento, farei uso aqui de excertos prescritos nas consistentes contrarrazões ofertadas pela empresa recorrida, no escopo de dar-se mais robustez e consistência ao nosso entendimento:

Vejamos então:

Prosseguindo com seus argumentos caóticos e de difícil compreensão, sustenta a Recorrente que a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., ora Recorrida, teria apresentado a sua proposta em desconformidade às exigências estipuladas no item 4.2.1 do edital, pois a mesma conteria defeito insanável, no que respeita a uma suposta ausência de discriminação do objeto.

Novamente, não há nenhuma razão que a ampare, sendo certo que se tratam de alegações completamente improcedentes!

Não se sabe, outrossim, qual efetivamente é o suposto “defeito insanável” alegado pela Recorrente em seu confuso e despropositado recurso, pois a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA, ao formular e apresentar a sua proposta comercial, seguiu à risca as exigências estipuladas no item 4.2.1, contido na Seção IV – Da Apresentação da proposta eletrônica de preços e dos documentos de habilitação:

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

Tal preceptivo deve ser lido em conjunto com a determinação esposada no item 4.1 da mesma Seção IV:

4.1. A licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Note-se que deveria a empresa encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado, observadas as especificações descritas no Anexo I do edital. Pois bem, verificando-se o citado Anexo I – Termo de Referência, tem-se que a especificação do objeto está disposta nos itens 1 – Do Objeto e 3 – Local da Prestação dos Serviços e Quantitativo de Equipamentos, onde se discriminam o escopo dos serviços a serem prestados, locais de atendimento ao TRE-BA e quantitativos de equipamentos previstos para instalação, exatamente os critérios que devem orientar os valores a serem lançados na proposta comercial a ser apresentada.

A Recorrente, AZIZ INFORMÁTICA LTDA., maliciosamente, indica que não teria sido apresentada, na proposta comercial, o descritivo dos requisitos técnicos mínimos das câmeras elencados no item 5 do Anexo I, e que, por tal motivo, seria o documento apresentado por esta Recorrida “inválido”, por conter, em sua distorcida visão, “vício insanável”.

Ora, em nenhum momento o edital convocatório determina que dita discriminação dos requisitos técnicos mínimos das câmeras a serem instaladas, em particular, deveria constar expressamente da proposta comercial! As especificações que devem ser contempladas na proposta são as especificações do OBJETO LICITADO COMO UM TODO (locais, quantitativos da prestação dos serviços), exatamente como disposto no citado item 3 do Anexo I – Termo de Referência, já que são esses os parâmetros que orientam a composição dos preços ofertados.

Aliás, se as despropositadas alegações da Recorrente tivessem algum nexo, o que está longe de acontecer, a própria proposta da citada empresa, **AZIZ INFORMÁTICA LTDA., deveria ser desclassificada, já que a sua apresentação também adotou como parâmetro exatamente as especificações contidas no**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

item 3 do Anexo I, sendo, do ponto de vista formal, idêntica à proposta encaminhada por esta Recorrida. Apenas acresceu a citada empresa a cópia *ipsis litteris* dos requisitos técnicos mínimos das câmeras transcrito no item 5, o que, por óbvio, jamais foi exigido no edital. Grifamos.

Por fim, entendemos, diante de tudo o quanto acima fundamentado, entendemos que não restou nenhuma dúvida quanto à lisura deste procedimento licitatório, restando, sim, comprovado que referido certame fora realizado, durante todas as suas fases, em pleno atendimento aos princípios basilares que devem sempre nortear as licitações públicas, mormente os consagrados princípios da Isonomia, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Economicidade e Eficiência,, Probidade Administrativa, Vinculação ao Instrumento Convocatório e Julgamento Objetivo.

VI - DA CONCLUSÃO

Destarte, em nosso humilde entendimento, opinamos pelo não acolhimento do Recurso interposto pela empresa AZIZ INFORMÁTICA LTDA, refutando-se todos os argumentos ali elencados, devendo ser mantida como vencedora do certame a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.

VII- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Posto isso, diante de tudo o quanto exposto, bem como diante da manifestação complementar da unidade demandante, e com espreque nos princípios basilares da licitação pública, decido por admitir o presente recurso, para no mérito julgá-lo IMPROCEDENTE, mantendo a decisão de habilitação da empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. do referido certame e, conforme previsão 12.8 do Edital, faço subir o presente processo à Administração Superior para sua apreciação.

Salvador (BA), 10 de outubro de 2020

Lúcio Roberto de Oliveira
Pregoeiro